

O PAPEL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Dácio Roberto Matheus¹

Na reconstrução do Brasil, faz-se necessário que as universidades se voltem para as demandas do país e orientem suas atuações, com estímulos e políticas de incentivo, para áreas cruciais que devolvam ao país sua capacidade de crescimento, sua inserção internacional e sua soberania e a defesa de seu povo.

O envolvimento das universidades na produção de conhecimentos e nas ações de extensão junto à sociedade que garantam políticas públicas para a defesa do regime democrático, a reindustrialização de baixo carbono, a agricultura que proteja nossa biodiversidade, o respeito aos nossos povos originários e aos direitos humanos e a cooperação e solidariedade internacional no desenvolvimento científico e tecnológico, como chaves para manutenção de nossa soberania e interlocução com as nações do mundo na construção da paz e da sustentabilidade da vida na terra.

A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada em setembro de 2015 por 193 Estados Membros da Organização das Nações Unidas, é resultado de um processo participativo que envolveu governos, sociedade civil, iniciativa privada e instituições de pesquisa e dá continuidade à Agenda de desenvolvimento do Milênio que vigorou de 2000 a 2015. Esta agenda pode ser um importante luzeiro para o desenvolvimento das ações de nossas universidades, contextualizadas nos territórios onde atuam.

São dezessete os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), com metas para 2030, que incluem: 1 - A erradicação da pobreza, 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, 3 - Boa Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero, 6 - Água Potável e Saneamento, 7 - Energia Limpa e Acessível, 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12 - Consumo e Produção Responsáveis, 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima, 14 - Vida na Água, 15 - Vida Terrestre, 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17 - Parcerias e Meios de Implementação dos ODS (Nações Unidas Brasil, 2021).

¹ Reitor da Universidade Federal do ABC – UFABC e Professor Titular do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas.

Dentre todos os objetivos declarados, a Educação de qualidade (ODS4) é o único capaz de contribuir para a efetiva consecução de todos os demais objetivos. Mais do que isso, a Educação de qualidade é condição *sine qua non* para a consecução de todos os demais objetivos de desenvolvimento sustentável.

A agenda propõe que até 2030 todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes, que tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário. Propõe também que se assegure a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade. Outra proposta é a de que se aumente substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo. Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade estão também entre as metas propostas. Outro desafio para o período é garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática. Por fim, agenda propõe que se garanta que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (Nações Unidas Brasil, 2021).

No que diz respeito à Educação de qualidade, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável propõe ainda a necessidade de se construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e que considerem as questões de deficiências e de gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos. Destaca-se a urgência de ampliar substancial e

globalmente o número de bolsas de estudo para o ensino superior para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, de engenharia e programas científicos. Por fim, coloca o desafio de aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento (Nações Unidas Brasil, 2021).

Embora possamos reconhecer que se trata de uma agenda necessária e de fôlego e, com certeza de um pacto possível entre os países signatários, a mesma não nos traz uma indicação de como realizá-la, para que ao final, mesmo que parcialmente se consiga efetividade para que a educação pretendida transforme as educandas e os educandos em cidadãos e cidadãs comprometidos com os fundamentos do desenvolvimento sustentável e possam efetivamente transformar as relações humanas e o mundo que nos cerca na direção de uma sociedade sustentável.

Uma importante contribuição de nossas universidades para a reconstrução do Brasil e para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é se comprometer, para além das metas propostas na agenda 2030, com a educação que contemple ao menos três elementos: 1) uma pedagogia crítica freiriana, capaz de formar cidadãos dispostos a transformar o mundo a sua volta; 2) uma formação interdisciplinar que possibilite uma formação científica e humanística e uma maior capacidade de ler o mundo em suas diferentes dimensões e complexidades e 3) uma formação para a defesa da vida humana e planetária como premissa para o desenvolvimento político, econômico, social e cultural das nossas sociedades, que coloque a economia e a política a serviço da vida e do bem estar da humanidade.

A pedagogia crítica de Paulo Freire tem por finalidade a formação de um indivíduo autoconsciente e ativo na sociedade que o rodeia, a fim de transformá-la. Para isso o aluno e a aluna precisam adquirir conhecimentos teóricos vinculados ao contexto em que estão inseridos e consciência do contrato social de que fazem parte. Tal pedagogia se contrapõe a educação tecnicista que privilegia excessivamente a tecnologia educacional e transforma professores e alunos em meros executores e receptores de projetos elaborados de forma autoritária onde tomam como preocupações mais importantes, “o domínio das técnicas pedagógicas e a transmissão de conhecimento

instrumental para a reprodução das relações sociais existentes (Giroux, 1997). Au (2011) elucida que “[...] a pedagogia libertadora de Freire [...] gira em torno de uma idéia central de “práxis” (ação consciente) em que os estudantes e professores tornam-se sujeitos que sabem ver a realidade, refletir criticamente sobre a realidade e assumir uma ação transformadora para mudar essa realidade”.

A educação de qualidade para os objetivos de desenvolvimento sustentável e a reconstrução do país exige, portanto visão crítica e transformadora da realidade, mas também interdisciplinar.

A formação interdisciplinar deve possibilitar uma formação científica e humanística que aumenta a capacidade de ler o mundo em suas diferentes dimensões e complexidades. É antes de tudo uma postura diante do conhecimento, que, se fragmentado em disciplinas não nos permite perceber a realidade na sua plenitude ou na sua complexidade.

A interdisciplinaridade pressupõe um passo à frente da multi e da pluridisciplinaridade – seria “a integração entre disciplinas, metodologias e teorias para dar conta de um problema, de uma reflexão”, mais do que a agregação ou a sobreposição de diferentes áreas do conhecimento em torno de um tema em que cada área preserva suas premissas metodológicas, teóricas e conceituais. Ela deve convidar professores, professoras, alunas e alunos a uma reflexão profunda sobre as áreas do conhecimento universal, embora, nos nossos casos, ainda com grande enfoque no conhecimento ocidental, mas que permita navegarem para além deste contexto.

A formação interdisciplinar e intercultural deve permitir que se tenha contato com as diversas áreas do conhecimento, como as ciências naturais e humanas, a filosofia e as artes de diferentes culturas e com isso possibilitar uma formação científica e humanística e uma maior capacidade de ler o mundo em suas diferentes dimensões. Na medida em que a interdisciplinaridade promove a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, ela contribui para o avanço das fronteiras da ciência e da tecnologia, transfere métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos e faz surgir um novo cidadão e profissional, com perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e visão holística e integradora.

A organização dos conhecimentos em disciplinas, que foi marcante no século XIX, teve um papel muito importante no desenvolvimento das ciências na medida em que

introduziu o método científico no exercício da pesquisa. O conhecimento científico não é um conjunto de opiniões acerca de determinado assunto, mas sim resultado de observações que podem ser verificadas empiricamente ou resistem às provas argumentativas baseadas em evidências. Neste sentido, a abordagem interdisciplinar não prescinde da “disciplina”, mas vai se valer de várias delas para articulá-las e integrá-las e procurar uma compreensão da realidade mais próxima da complexidade que a compõe e gerar soluções novas para problemas complexos.

Na medida em que a humanidade cresce e avança no domínio de conhecimentos e técnicas e na ocupação do planeta e do universo, a realidade vai se tornando mais complexa e fenômenos naturais e sociais, antes não observados, passam a ser percebidos e exigem cada vez mais uma abordagem multi e interdisciplinar para entendê-los e, se possível e necessário, mitigar os impactos desta ocupação sobre a sustentabilidade da vida na Terra.

A abordagem interdisciplinar pode representar uma série de vantagens para estudantes, docentes, instituições de ensino e para a sociedade em geral, na medida em que forma cidadãos e cidadãs com senso crítico apurado, empáticos e com propensão à solidariedade.

A Educação para os objetivos do desenvolvimento sustentável deve promover uma visão crítica sobre as teorias econômicas neoclássicas. Nessas teorias, energia e matéria - e seus processos de transformação biogeoquímicos - são considerados como recursos que devem se sujeitar às leis de oferta e demanda do mercado. Nesse esquema representativo da atividade econômica, a natureza é mera provedora de matérias-primas ou insumos (*inputs*) e depositária de resíduos de produção e de consumo (*outputs*).

Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994), considerado o fundador da economia ecológica, contradisse essa visão, ao trazer as leis da termodinâmica para a esfera da discussão do processo econômico. Destacando que o universo é o único sistema fechado, lembra que os sistemas econômicos são abertos e lineares e que desconsideram os limites naturais do sistema terrestre (Serra, Canil & Matheus, 2016).

Ao lado das contribuições de Georgescu (“The entropy law and the economic process”, “Energy and economic myths”), Rachel Carson (“Silent spring”), E. F. Schumacher (“Small is beautiful”), o grupo de Bariloche (“Catastrophe or new society?”) e a

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (“Our common future”) contribuíram para lançar os alicerces do debate ambiental nas últimas décadas do século XX (Serra *et al.*, 2016).

Uma pedagogia crítica, que reflita sobre as condições de desigualdade em que sujeitos estão submetidos econômica, política e socialmente; juntamente com uma formação interdisciplinar, que aumente a capacidade de ler o mundo e seus processos naturais e culturais, atrelada a uma formação para a defesa da vida humana e planetária que coloque a economia e a política a serviço da vida e do bem estar da humanidade, nos parece serem elementos fundamentais para uma educação para o desenvolvimento sustentável e para a reconstrução do país, sem os quais poderemos reforçar o status quo da desigualdade social e econômica e das relações insustentáveis com a vida planetária.

Referências:

Au, W. Lutando com o texto: contextualizar e recontextualizar a pedagogia crítica de Freire. In: Apple, M.W; Au, W.; Gandin, L.s A. Educação crítica: análise internacional. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Giroux, H. Os professores como intelectuais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Nações Unidas Brasil (2021) Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Educação de Qualidade. Extraído de <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>.

Serra, N; Canil, K. & Matheus,D.R. Tecnologia, Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: Cardoso, A.O., Subtil, E.L., Benassi, R.F. & Mantovani, W.(org.) Ciência e Tecnologia Ambiental, Santo André: Editora UFABC, 2016.